

Diário do Legislativo de 23/02/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/2/2010

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da correspondência publicada no "Diário do Legislativo", em 4/2/2010: ofícios do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura (2). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (3) em que solicita seja realizado debate público, para discutir, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a proposta de inserção dos catadores de materiais recicláveis no Regime Geral de Previdência; seja encaminhado pedido de providências ao Sr. Alan Versiani de Paula, Procurador da República, e ao Sr. Thiago Garcia Amorim, Delegado da Polícia Federal, para que agilizem a investigação da agressão cometida pelo ex-Secretário de Finanças do Município de Januária, Fabrício Viana de Aquino, contra Fábio Oliva, membro da Rede Brasileira de Movimentos por Cidades Sustentáveis e da Associação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade; seja realizado debate público para discutir o acompanhamento social nas escolas, em especial o previsto na Lei nº 16.683, de 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Fábio Avelar.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/2/2010

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.439/2008, do Deputado Célio Moreira; 4.066/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.070/2009, do

Governador do Estado; 4.080/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.083, 4.085 e 4.086/2009, do Governador do Estado; 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco; 4.144/2010, do Governador do Estado; e 4.167/2010, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 273/2007, do Deputado João Leite; 919/2007, do Deputado Sebastião Costa; 3.215/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.516 e 3.637/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.677/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.715/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.921/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.999/2009, do Deputado Inácio Franco; 4.025/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.039/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.050/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.087, 4.088, 4.089 e 4.090/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.092 e 4.093/2009, do Deputado Gustavo Valadares; 4.095/2009, do Deputado Wander Borges; 4.097/2009, do Deputado Antônio Júlio; 4.100/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.101/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.104 e 4.105/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.106/2009, do Deputado Zezé Perrella; 4.107/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.110/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 4.113/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.119/2009, do Deputado Wander Borges; 4.127/2009, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; e 4.133/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.866/2008, do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.383/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.396/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.397, 5.398, 5.399, 5.400, 5.401, 5.402, 5.403 e 5.404/2010, do Deputado Jayro Lessa; e 5.436/2010, do Deputado Carlin Moura.

Finalidade: discutir a violência contra a mulher, em especial as circunstâncias que levaram ao assassinato da cabeleireira Maria Islaine de Morais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 309/2007, do Deputado Célio Moreira; e 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apresentar, em audiência pública, o Relatório de Sustentabilidade 2008, elaborado pelos gestores e técnicos do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais - Sisema.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.342 e 5.343/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.358/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.362/2010, do Deputado Duarte Bechir; 5.371, 5.372 e 5.375/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.408 e 5.409/2010, da Comissão de Direitos Humanos; e 5.431 e 5.432/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 23/2/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.024/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.055/2009, do Deputado Braulio Braz; e 4.059/2009, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 23/2/2010, destinadas, ambas, 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica; da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo; 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; e 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC -; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de fevereiro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da Comissão de Administração Pública e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 23/2/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.142/2010, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Gomes, Chico Uejo, Dilzon Melo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/2/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Vice-Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discurso Proferidos em 11/2/2010

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado João Leite, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e telespectadores da TV Assembleia, esta semana, que está se encerrando amanhã, foi marcada por uma intensa movimentação, uma novidade no meio político em Minas Gerais. Tivemos a oportunidade de acompanhar mais uma visita do Presidente Lula ao nosso Estado, às cidades de Governador Valadares e Teófilo Otôni. O Presidente retornou a Governador Valadares para fazer a visita que gostaria de ter feito no ano passado, mas, em vista das chuvas, não pôde pousar no aeroporto daquela cidade e comprometeu-se a voltar. O Presidente é desses homens que fala e cumpre. Assim retornou a Governador Valadares, levando grandes novidades para o povo da cidade, como investimentos importantes no valor de R\$242.000.000,00 para o PAC 2, a criação da faculdade de medicina, por meio de convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora, em Governador Valadares, e investimentos para o projeto Minha Casa, Minha Vida. Também a parceria com a Vale, que fará investimentos de quase R\$11.000.000,00 para a construção de um espaço esportivo e de um parque ecológico, Parque do Ibituruna, prestigiando o belíssimo trabalho que a Prefeita Elisa Costa vem realizando no Município. Em um ano de gestão, a Prefeita Elisa Costa já tem mudado a cara de Governador Valadares: no aniversário da cidade - 72 anos - houve uma festa maravilhosa, com a presença do povo, grande participação popular, com a retomada do Orçamento Participativo, com investimentos no serviço de água e esgoto, com renovação de toda a frota do SAE de Governador Valadares, com a inauguração de uma nova estação de tratamento de água, com uma programação de investimentos para o próximo ano digna do povo de Governador Valadares, um povo que merece todo o apoio e esforço por parte do governo federal, do Município, da Prefeitura da cidade.

Posteriormente, houve a visita a Teófilo Otôni, aonde o Presidente Lula também foi para a inauguração da extensão do câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Foi uma importante visita à região. É interessante reparar que o Presidente Lula cumpre uma promessa e imediatamente faz outra. Ele já se comprometeu a retornar a Governador Valadares em junho, para inaugurar o câmpus do Instituto Federal Tecnológico, o antigo Cefet, hoje Ifet, com cursos técnicos profissionalizantes para os jovens da cidade. Então, o Presidente Lula retornará a Governador Valadares no mês de junho para inaugurar o Cefet, mostrando que é o Presidente que mais tem feito por Minas Gerais. Com certeza, com o seu projeto de desenvolvimento para o País, haverá de fazer muito mais.

Dos fatos desta semana, eu queria chamar a atenção para aquele que considero um dos fatos políticos mais significativos do Brasil neste momento. Trata-se da situação do Vice-Presidente da República, José Alencar. Na quinta-feira da semana passada, fui fazer uma visita de cortesia ao nosso Vice-Presidente. Lá encontramos um homem vigoroso, com vitalidade muito grande, sempre com muita visão do Brasil e de Minas Gerais, mostrando que ele hoje está a cada dia mais recuperado do mal que o acomete. Ele vem enfrentando, com muito vigor, o câncer. Os últimos exames têm demonstrado que o tumor já se reduziu em 5% do que era há cinco meses, e ele mostra vitalidade. Ele disse que enfrenta o problema do câncer há 13 anos. E, nesse período, não parou de trabalhar um dia sequer, a não ser nos dias da cirurgia e de sua recuperação. Durante esses 13 anos, José Alencar já foi Presidente da Fiemg, Senador da República, Vice-Presidente por quase 8 anos seguidos. É o Vice-Presidente que mais assumiu a Presidência da República na história do Brasil - quase 500 dias -, mostrando o vigor, a vitalidade e a força que tem para enfrentar o problema do câncer, com trabalho, com dedicação. Nessa visita, tivemos oportunidade de reforçar a presença do Vice-Presidente para o ato de comemoração dos 30 anos do PT de Minas Gerais, que ocorreu na segunda-feira, dia em que o Vice-Presidente foi condecorado pelo diretório estadual do PT de Minas Gerais com uma honraria de militante honorário do partido.

E esse título de militância honorária é fruto de tudo que significa para o Brasil a pessoa de José Alencar. Quando ele compôs a chapa com o Presidente Lula em 2002, gerou muita desconfiança em muitos de nós. Confesso a vocês que eu mesmo, como militante de esquerda, via com certa desconfiança, na época, a figura daquele empresário de sucesso compondo a chapa do operário Lula, mas a vida demonstrou que esse cidadão foi fundamental para todo o sucesso que ocorreu no Brasil nos últimos sete anos. Nosso país teve a felicidade da junção de três fatores que considero fundamentais: primeiro, houve uma oportunidade histórica de se eleger uma liderança do quilate, da capacidade que é o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a maior liderança política do mundo hoje, reconhecido por todos os analistas nacionais e internacionais como o melhor Presidente da história do Brasil, além de ter forte sensibilidade. Esse é um fator que tem contribuído muito para o desenvolvimento do Brasil.

O segundo fator fundamental é que o Presidente Lula, operário, foi eleito, mas com ele havia uma estrutura orgânica, partidária, que conhece profundamente o Brasil. Refiro-me à estrutura do PT, do PCdoB e dos partidos aliados. O PT é um dos poucos partidos no País que tem um pensamento de Brasil, que o conhece, que tem projetos para as áreas de desenvolvimento econômico, social e de infraestrutura. Não é à toa que o Brasil, nestes sete anos de governo Lula, tem feito a diferença. Não é à toa que o nosso país hoje é reconhecido nas suas políticas públicas de assistência social, de desenvolvimento social, por intermédio do Ministro Patrus, assim como é reconhecido também por suas políticas públicas para as minorias e de inserção soberana do Brasil no mercado internacional, no conjunto das nações, porque tem por trás dele um partido, que é o PT, com grandes intelectuais, com pessoas com profundo conhecimento da Nação e da importância do desenvolvimento.

Um terceiro fator foi a felicidade de ter um Vice-Presidente que é parceiro de todas as horas desse projeto nacional. O Vice-Presidente José Alencar ajudou muito o Brasil nisso. Teve uma postura muito firme de defesa da produção e da redução da taxa de juros. É por isso que entendemos que o Vice-Presidente pode ajudar Minas Gerais a reencontrar o caminho do desenvolvimento, do crescimento econômico, mudando o perfil da economia mineira. Ela, nos últimos sete anos, especializou-se em ser uma economia primária, exportadora de "commodities", que gera muito pouca riqueza e muito pouca renda para o trabalhador mineiro. O que precisamos é um projeto para Minas Gerais que esteja em sintonia com o desenvolvimento do Brasil. É por isso que hoje nós, do campo democrático e progressista, temos a honra de dizer que temos mais uma alternativa para o governo de Minas, além das excelentes alternativas por nós apresentadas. Além de Fernando Pimentel, Patrus Ananias, Hélio Costa, agora temos também a figura do Vice-Presidente Alencar, que pode ser um fator de unidade e de coesão do campo de sustentação do governo do Presidente Lula para apresentar um palanque único em Minas Gerais.

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa visita que fizemos ao Vice-Presidente José Alencar, essa honraria que ele recebeu como militante honorário do PT e a possibilidade de ser vir a ser o candidato desse campo ao governo de Minas Gerais foi notícia em todos os jornais

do País e de Minas Gerais.

É interessante que todos os jornais coloquem de forma clara, transparente, essa possibilidade. Aliás, o nosso Portal Vermelho resume muito bem o que significa a possibilidade de o Vice-Presidente José Alencar vir a ser o candidato ao governo de Minas Gerais.

O editorial do Vermelho diz: (- Lê:) "A possível candidatura do Vice-Presidente José Alencar ao governo de Minas Gerais não é apenas uma solução de altíssimo nível eleitoral e programático. É uma evidência de que os malditos problemas da política prática se resolvem quando se põem no comando não as miudezas mas os rumos maiores da grande política, da política elevada. Antes dela, Minas aparecia como um problema no mapa pré-eleitoral de forças da base de apoio do governo Lula. Estas se dispersavam entre as candidaturas do peemedebista Hélio Costa e dos petistas Patrus Ananias e Fernando Pimentel. O fator José Alencar transformou essas trajetórias divergentes em uma forte convergência. Mais ainda, mostra-se capaz, inclusive, de erodir a coligação em torno do tucano Antonio Anastasia, Vice-Governador e candidato a sucessor do Governador Aécio Neves. Tanto Hélio Costa quanto Patrus Ananias e Fernando Pimentel aceitam retirar-se da disputa para apoiar o Vice de Lula. 'Se ele for candidato, quero ser o mais importante cabo eleitoral', disse o Ministro da Comunicação, recordando as origens peemedebista de Alencar. O PT mineiro homenageou-o nesta segunda-feira, dia 8, com uma filiação honorária que se transformou em ato de estímulo à candidatura que superaria uma difícil disputa interna. 'Acredito que o Alencar será o candidato', afirmou o Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente estadual da sigla. 'A candidatura Alencar seria o melhor dos mundos para a disputa de 2010 e também para as forças de centro-esquerda mineiras', avaliou a Deputada Federal e Presidente do PCdoB mineiro, Jô Moraes. 'Faço o que for necessário para arrumar a melhor solução para Dilma em Minas Gerais', foi, segundo jornalistas, a resposta de José Alencar ao Presidente Lula, dada na presença da sua virtual candidata, a Ministra Dilma Rousseff. Em Belo Horizonte, para receber a homenagem petista, o Vice-Presidente coloca duas condições para aceitar o desafio. Uma é que haja um 'palanque limpo', ou seja, sem divergências na base aliada. A outra é o sinal verde nos exames médicos que fará em 17 de março. Aos 78 anos, ele trava há 13 anos uma luta contra o câncer, e está vencendo, pois os tumores já se reduziram a 15% do seu tamanho. O impacto do fator José Alencar não se deve unicamente à maneira corajosa, transparente e bem-humorada com que enfrenta a doença. Grande capitalista e líder empresarial do ramo têxtil, ele quebrou um tabu ao aceitar ser Vice do Lula em 2002. No governo, demonstrou uma lealdade a toda prova. Foi grande e importante até quando divergiu da linha do governo no combate à taxa de juros. É dessa biografia notável que nasce a força unificadora e eleitoral da proposta."

Parabéns ao José Alencar pelo título de militante honorário do PT e também a todos os demais militantes nesse mês em que se comemora o aniversário do Partido, que tem contribuído muito para mudar a cara da política e o rumo do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Gomes* - Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente desta reunião; as Deputadas e os Deputados; todos os telespectadores da TV Assembleia; e os amigos que nos acompanham das galerias.

Tenho acompanhado a admirável administração do ilustre Roque Camêllo, Prefeito da belíssima cidade de Mariana, primeira Capital do Estado de Minas Gerais. Por diversas vezes participei, como Deputado Estadual, de sua gestão exitosa em diversas atividades, eventos promovidos por sua administração, incluindo a celebração, no dia 28/5/2009, da abertura do Festival da Vida.

Também participei de atividades culturais, como a comemoração dos 100 anos da Sociedade Musical São Sebastião de Passagem de Mariana, em 20 de janeiro passado, promovido pela atuante Vereadora Aída. Recentemente participei também, nesse Município, do evento do ProJovem, que engrandece a juventude e lhe dá esperança. Enfim, têm sido várias as atividades de sucesso daquela administração.

Mesmo tendo sido eleito legitimamente em Mariana, numa coligação de vários partidos, incluindo o PT, as forças derrotadas nas eleições pelo voto popular insistem em questionar o resultado eleitoral com ações judiciais. O comportamento do Prefeito Roque Camêllo durante o processo eleitoral foi absolutamente correto; portanto, suspeitar de suas ações, sua campanha e seu comportamento é, no mínimo, muito injusto.

Solidarizo-me com o Prefeito Roque, com toda a sua equipe de governo, com todos os partidos da coligação que democraticamente o elegeram e com seus companheiros e companheiras do PT do Município de Mariana. Confiamos nos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral quanto ao julgamento do caso eleitoral de Mariana. Assim, acreditamos que o nosso querido Prefeito Roque Camêllo continuará governando aquele Município e terá paz para fazer um governo voltado para o bem dos marianenses, a fim de que estes possam viver com mais dignidade e tranquilidade, podendo dispor de melhor qualidade de vida. Dessa forma, o Prefeito também poderá governar com mais tranquilidade e fazer a sua administração conforme o planejado na campanha, melhorando a qualidade de vida no Município, dando mais segurança aos seus cidadãos e cuidando do patrimônio cultural da bonita cidade centenária, que foi a primeira Capital de Minas.

Com certeza, o Prefeito Roque Camêllo é a pessoa mais preparada para o mandato, uma vez que a população do Município o elegeu com 44% dos votos. Não sou do partido do Prefeito Roque Camêllo. Aliás, ele não sabe que estou fazendo este pronunciamento, que é um ato espontâneo. O que esperamos, ao fazer este pronunciamento para as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, é que se faça justiça. Portanto, repito, tenho plena confiança e convicção nos Ministros do TSE, quanto ao julgamento que será feito nos próximos meses - assim esperamos -, para colocar fim nessa situação.

Insisto em dizer que estou entre aqueles que torcem para que o Prefeito Roque e a população de Mariana consigam uma democrática e justa vitória nesse processo. Mariana pode contar comigo. Um grande abraço ao Prefeito Roque Camêllo, à sua equipe de governo e à população de Mariana. Um grande abraço a todos e muita confiança na justiça e na vitória.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro ou que nos assistem pela TV Assembleia, inicialmente quero parabenizar o prezado Deputado Carlos Gomes, que tem uma postura que muito admiro e me privilegia com a convivência hoje, posso dizer, de um amigo. Temos posições partidárias distintas, mas isso não nos distancia da luta pelo bem comum. Como todos sabem, o Deputado Carlos Gomes é do PT e eu sou do PSDB, mas com frequência temos possibilidade de trabalhar juntos.

Agora, faz aqui comentário sobre o Prefeito de Mariana, prezado amigo e colega de partido Roque Camêllo, que tem o apoio de V. Exa. Isso mostra como a política precisa ser construída para o bem comum. É muito bom que haja o debate, as disputas eleitorais. Isso é saudável e nos possibilita evoluir e avançar. Mas é bom que o interesse público esteja sempre acima dessas disputas. V. Exa. traz aqui esse testemunho, ao fazer menção ao nosso colega, Prefeito pelo PSDB, com o apoio do PT e de outros partidos, da cidade de Mariana.

Isso mostra que em Minas temos essa natureza. Essa é a natureza de fazer política dos mineiros: com habilidade, com paciência, com tolerância e com a busca da compreensão, mas nunca com autoritarismo e com imposições. É justamente este o espírito que nos move aqui: o do entendimento e da busca do bem comum.

De início, quero também me dirigir, cumprimentar e agradecer a presença aqui ao nosso prezado César Rosseti Dias, dirigente do Pré-Caixa, uma instituição de defesa e de organização dos nossos servidores públicos. O César e outras lideranças nos trouxeram, ainda no ano passado, um pleito muito justo. As instituições que representam os nossos servidores, os sindicatos, as associações, são diversas, porque os servidores públicos estão organizados não só em razão do ente federado ao qual servem, o Município, o Estado ou a União. No Estado, por exemplo, temos várias autarquias e segmentos como os da segurança, da educação e da saúde. Naturalmente que os servidores precisam estar organizados para defender os seus direitos.

Sempre respeitei muito as instituições dos servidores. É fundamental o associativismo. Não é por acaso que sou o Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e do Associativismo. Sem nos unirmos, não temos força para conquistar nossos objetivos. Eu ia dizendo que fui procurado pelo César e por outras lideranças, que me expuseram uma preocupação. Hoje, busca-se um empréstimo desses que se fazem por consignação em folha de pagamento em alguma instituição financeira, isso se tornou rotina. O servidor, muitas vezes aposentado ou mesmo na ativa, busca financiamento em uma situação emergencial.

Ao buscar esse financiamento, com frequência as instituições, com o pretexto de dizerem que aumentarão o volume de crédito do servidor, já que a garantia do pagamento da prestação é o desconto em folha e há um limite percentual para se descontar em folha, muitas vezes aconselham o servidor a se desfiliar da associação ou do sindicato. Eles alegam: "Olha, você está pagando aqui R\$10,00", ou às vezes tem uma prestação de um seguro feito há muitos anos.

Sabe-se hoje que um seguro, depois de muitos anos feito, se é cancelado e vai-se fazer de novo no outro ano, às vezes paga-se cinco ou dez vezes mais. E muitas vezes a seguradora nem aceita fazer mais, porque a pessoa é um aposentado, uma pessoa idosa. Posteriormente, se ele tentar fazer um novo seguro, começando do zero, a seguradora não é obrigada a aceitar. Mas se ela tem uma apólice de seguro que vem pagando uma vida inteira, se ela simplesmente cancela essa apólice, às vezes é justamente no momento em que ela, a família, poderiam buscar de volta. Se se faz um seguro, isso é um gesto de amor com alguém. Não estou aqui discutindo se se deve fazer ou deixar de fazer seguro. O que estou dizendo é que muitas vezes o cidadão chega ali preocupado com um problema para resolver de imediato, mas ele está fragilizado naquele momento por alguma dificuldade.

Vem, então, o representante do banco e diz: "Desfilie-se do Sindicato, saia da Associação, cancele esse seguro e aumentaremos seu crédito". E o servidor toma uma decisão equivocada: sai do Sindicato, da Associação, deixando de contribuir e enfraquecendo sua categoria. Então, atendendo à sugestão de diversos líderes sindicais, elaboramos um projeto, dizendo que esse tipo de desconto em folha, que é o pagamento de mensalidade ao sindicato, já não pode ser usado pelo agente financeiro como argumento para aumentar o crédito. É claro que cada um é livre para se associar, mas, uma vez associado, deverá ser dessa forma. Como? Fazendo com que essa mensalidade figure entre as consideradas compulsórias, como o próprio desconto para a contribuição ao Ipsemg ou outros de obrigação legal. Não quero dizer que o servidor ficará obrigado a continuar associado ao sindicato; não é isso. Há o livre associativismo, mas ele terá esse fator fora do cálculo da sua capacidade de pagamento. Creio que consegui explicar adequadamente a questão, mas o que me alivia, César, é que já tenho a certeza, de antemão, do apoio do Deputado João Leite. Ele já manifestou o respeito que tem pelos servidores públicos de Minas Gerais e estará ajudando-me a explicar aos demais colegas como esse projeto de lei de minha autoria é importante para manter a força do servidor público por meio de suas entidades. É importante também para impedir que as instituições financeiras - que, às vezes, estão loucas para emprestar dinheiro ao servidor público, pois isso é uma fonte de renda para elas - acabem cometendo o pecado de aconselhar o servidor, ou quase exigir dele, que saia do sindicato ou que deixe de fazer ou manter aquele seguro ou aquele plano de saúde que protege sua família, que lhe dá uma cobertura complementar.

Prezado Presidente, Deputado João Leite, ouvi atentamente as manifestações feitas aqui, hoje, pelo Deputado Carlin Moura. Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com ele. Todos nós, em Minas, temos um apreço enorme pela figura do Dr. José Alencar, Vice-Presidente da República, homem que merece o respeito de todos. Até porque nós, do PSDB, temos a prática de respeitar as autoridades e compreender que a organização política do País não tem essa dicotomia, essa divisão demonstrada na seguinte fala: "Nós, do PSDB, somos bons, e o resto é todo mau". Alguns tentam passar ideias dessa natureza. Não fizemos uma campanha "fora Lula" o tempo todo para tentar endemonizar, passar à população a ideia de uma figura horrível apenas porque discordamos dele em alguns pontos. Reconhecemos as coisas boas e entendemos, acima de tudo, que se trata do Presidente da República, autoridade democraticamente eleita, o que, por si só, já requer o mínimo de respeito. Obviamente, além do respeito à autoridade do Vice-Presidente, existe o respeito à figura humana, à pessoa íntegra e correta que sabemos que ele é, especialmente porque não deixou de haver também um certo aspecto de comção em todos os mineiros pela luta obstinada para superar as dificuldades de saúde que, ao longo de tanto tempo, vem enfrentando de forma tão corajosa e, graças a Deus, com êxito. Ele comentou, e ouvimos falar muito, que "nunca, na história deste País, um Vice-Presidente assumiu tantas vezes", o que vem corroborar a tese a que nos referíamos de que o Presidente Lula tem dificuldade enorme de descer do palanque e está o tempo todo viajando. Os problemas, então, acumulam-se, e é esta análise que destaco. Ele fica muito tempo fora, agora está viajando para fazer campanha. Porém, como ficam aquelas mudanças preconizadas, defendidas?

Vamos considerar um item, por exemplo, que sempre foi uma campanha obstinada do PT e do PCdoB, como oposição ao PSDB: os aposentados. Uma das maneiras de endemonizar, de tentar rotular como símbolo do mal o Fernando Henrique era dizer que ele perseguia os aposentados. Todos esperavam que o Presidente operário chegasse ali e desse um tratamento digno aos trabalhadores aposentados; esperavam aposentar-se; esperavam o fim do fator previdenciário e do rombo no salário do aposentado, salário que vai diminuindo, diminuindo, diminuindo. E assistimos ao contrário disso. Até um Deputado do PT, o Paulo Paim, elaborou um projeto para associar a correção do salário mínimo à aposentadoria, mas o Presidente Lula o vetou. Isso é curioso. Vão às ruas levantando a bandeira e dizendo "fora" por causa disso. Não, ele é o Presidente! Só precisa ser coerente. Quando ele ganhou as eleições, disseram: "Palanque aceita tudo. Agora vamos deixar de bravata, vamos governar. Então, manteremos a economia da mesma forma que o Fernando Henrique mantinha, chamaremos o mesmo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do PSDB, manteremos as mesmas classes. Dizíamos que isso estava errado, mas está correto." É curioso, porque, passados oito anos, começam a dizer: "Venderam a Vale do Rio Doce por uma miséria. Precisamos corrigir isso." Só que estão no poder há oito anos, Deputado João Leite, e dizem que agora farão a correção, corrigirão o salário dos aposentados, corrigirão os valores dos recursos para os Municípios, farão a reforma tributária. Dizem isso porque os Municípios estão à míngua. Agora, também regulamentarão a Emenda nº 29, da saúde, colocarão dinheiro nessa área. Eles chegaram ao poder agora, o Presidente deve ter sido eleito na semana passada. Estão fazendo comício todo dia, como se fossem resolver todos os problemas do Brasil. De fato, os problemas estão aí. Não estou falando de outro país, e sim de um país onde o aposentado tem seu salário diminuído, onde a saúde não tem investimentos adequados porque não regulamentaram a Emenda nº 29; estou falando de um país onde a segurança pública é um caos, o fundo de segurança pública é contingenciado. Ficam com a bravata, dizendo que emprestaram dinheiro ao FMI, mas não liberam o dinheiro que está previsto constitucionalmente para ser repassado aos Estados, para ajudar a melhorar a segurança pública e combater o tráfico de drogas.

Não estou falando contra um Presidente nem dizendo "fora fulano", "fora cicrano", porque essa não é a nossa linha. Estou dizendo que não adianta falar que o Brasil está uma maravilha, porque não está. E não adianta dizer que a culpa pelos problemas que estão aí é do PSDB, partido que está fora do poder há quase oito anos. A culpa por o aposentado não ter uma remuneração justa é do PSDB? O PT teve oito anos para melhorar a situação do aposentado e ainda não o fez. A culpa de o Brasil estar mergulhado no problema do tráfico de drogas, da insegurança, e as famílias entrando em desespero é do PSDB? O PT não faz investimentos na segurança pública. A culpa da corrupção é do PSDB? O Presidente Lula disse que nunca ficou sabendo do mensalão, das trapalhadas do companheiro Delúbio! Está chegando a hora de a máscara cair realmente.

Voltando à linha de raciocínio do Deputado Carlin, pessoa que respeito muito, quanto ao governo de Minas, entendo que a campanha para Presidente da República foi deflagrada pelo PT, e nós cometemos um erro estratégico - aliás, um erro não. No Brasil, às vezes, acontecem coisas curiosas. Quem faz a coisa certa e respeita a lei é que está errado. Até hoje o José Serra não se posicionou como candidato. Ele mantém a mesma intenção de voto, que é residual, por já ter sido Ministro, candidato a Presidente e por fazer um grande governo no Estado de São

Paulo.

Permita-me apenas concluir. O que ocorre? Ele sempre responde dizendo: "Não sou candidato, ainda não decidi. O momento é de cumprir meu mandato de Governador". Obviamente ele não cresceu nas pesquisas. A candidata que o Presidente escolheu - nem foi o partido, foi ele quem escolheu -, num processo autocrático em que se diz que "tem de ser a Presidente do País", entrou em campanha. Ela era uma pessoa desconhecida e que ficou conhecida porque todo dia a máquina pública está sendo usada para fazer campanha. Agora ouvimos aqui também uma exposição feita pelo Deputado, que diz quem ele acredita deve ser o melhor candidato a Governador de Minas. Não posso deixar de dizer - respeito a opinião dele - que todos os mineiros têm informação muito recente, clara, sobre o que está acontecendo. Quem foi o homem que, ao lado do Governador Aécio Neves, nestes sete anos de governo, organizou Minas Gerais? Quem foi o homem que planejou Minas ao lado do Governador e colocou em prática uma série de medidas que fez com que o salário fosse pago em dia, que as obras públicas saíssem, que os convênios com as Prefeituras fossem pagos? Ele se chama Prof. Antonio Augusto Anastasia. Isso é o óbvio, salta aos olhos. Não posso deixar, Deputado Carlin Moura, de discordar de V. Exa. nesse aspecto. Penso que o homem que está preparado hoje para ser o grande Governador de todos os mineiros - ouço isso dos Prefeitos, das Lideranças em todo canto - é o Prof. Antonio Augusto Anastasia, que vem se preparando e mostrou que é um homem competente e que é a melhor alternativa, sem dúvida, para toda a Minas Gerais. Mas isso deverá ser debatido no tempo certo, quando a lei eleitoral assim o permitir. Espero que voltemos ao debate das ideias, e não à campanha eleitoral, que alguns insistem em fazer antes da hora.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputado João Leite, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes no Plenário, servidores da Casa, imprensa presente, amigos que nos acompanham das galerias da Assembleia e que nos veem por meio da TV Assembleia, boa-tarde. Aproveito para abraçar os que estão em lugares longínquos deste nosso grande Estado e a cujas cidades, por mais que nos esforcemos, não conseguimos chegar com frequência. Chegamos a elas por meio das nossas ações parlamentares, por meio das nossas lutas em defesa da vida e do bem comum, por meio da TV Assembleia, meio pelo qual as pessoas podem acompanhar os que as representam. Hoje mesmo, Sr. Presidente, recebi um "e-mail" de Salinas - aliás, estarei, na próxima segunda-feira, nessa cidade -, dizendo justamente que, apesar de não estarem tendo um contato pessoal conosco, acompanham-nos por meio da TV Assembleia. É muito importante que, de alguma maneira, nossas ações, nossas atividades realmente cheguem aos 853 Municípios e a toda a população mineira, que merece todos os benefícios.

Sr. Presidente, antes do meu pronunciamento, quero cumprimentar, de maneira especial, as cidades que me acolheram nesses últimos dias. No último dia 5, estive em Teófilo Ottoni, na posse de D. Aloísio, que agora é o novo bispo da diocese dessa cidade, e lá estavam presentes vários sacerdotes e bispos. Durante a linda homenagem, D. Aloísio foi não só recepcionado com muita reverência, com muito respeito, mas também ovacionado, já que é um homem muito carismático, uma pessoa que realmente ama o próximo, um homem que marcou a arquidiocese de Belo Horizonte por um trabalho misericordioso, pelo exercício da fraternidade junto às comunidades, às entidades e a toda a população, sobretudo ao lado dos pobres. Foi uma festa maravilhosa. Temos certeza de que D. Aloísio fará, à frente da diocese de Teófilo Ottoni, um excelente trabalho. Ficam aqui os nossos votos para que Deus continue cumulando-o de toda a sorte de bênçãos, porque sabemos do seu potencial, sobretudo porque é um homem de serviço.

Aliás, Presidente João Leite, D. Aloísio, antes da posse, em gesto nobre, percorreu toda a diocese, com alguns familiares e à paisana, para que ninguém percebesse sua presença. Sentou-se nas praças, observou as comunidades, conversou com as crianças, ouviu o povo, constatou suas necessidades e, assim, ficou realmente a par da realidade da diocese. Deixo abraço para D. Aloísio e todos os que estiveram presentes a esse dia tão especial, em que ele assumiu a diocese.

A partir daí, Sr. Presidente, realizamos algumas visitas, começando por Poté, onde nos reunimos com lideranças, visitamos o asilo que tivemos a oportunidade de ajudar e estivemos com o Sr. Walter Barrancos, responsável pela Fazenda da Esperança em Poté e que, com a D. Aquileia, está à frente do trabalho maravilhoso de recuperação dos dependentes químicos - lembrando que esta unidade da Fazenda Esperança é exclusiva para o atendimento de mulheres que enfrentam o problema da dependência de álcool e outras drogas. De Poté, fomos para São José do Divino, onde éramos esperados por uma multidão, para a qual mando abraço. Dali fomos para Goiabeira, Ferruginha e Governador Valadares, a que mando abraço especial, pois ali fechamos nosso encontro, com o Pe. Paulinho e o Pe. José Ribeiro, aos quais agradeço, assim como agradeço aos demais sacerdotes que sempre nos apoiam, como o Pe. Vidal, da catedral.

Neste dia, por oportuno, lembrando que hoje realizamos a última reunião ordinária desta Casa antes da Quarta-Feira de Cinzas, quero frisar a importância não só da entrada da Quaresma, mas também do lançamento da Campanha da Fraternidade 2010. Em Belo Horizonte, na Quarta-Feira de Cinzas, na Catedral da Boa Viagem, às 17h30min, D. Walmor celebrará a missa das cinzas; ao mesmo tempo, haverá o lançamento nacional da Campanha da Fraternidade 2010. No dia seguinte, dia 18, Deputado André Quintão, haverá na PUC a abertura da Campanha da Fraternidade 2010, a que toda a população está convidada; trata-se de convite oficial da Arquidiocese de Belo Horizonte, desdobramento do convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. No ano passado, com o lançamento da Campanha da Fraternidade também nesta Casa, acompanhamos bem a proposta que a CNBB nos fazia, com o tema "Segurança Pública e Fraternidade" e o lema "A paz é fruto da justiça". Não só durante a Quaresma, mas por todo aquele ano, debatemos, em grupos de estudo, a cartilha proposta pela CNBB, com tópicos. Lembro que a Campanha da Fraternidade, Sr. Presidente, não é restrita ao seio da Igreja Católica, nem mesmo aos cristãos; é campanha ecumênica, aberta à toda a sociedade, com grande respaldo da CNBB e dos governos. No ano passado, debatemos exaustivamente a Campanha da Fraternidade, que nos propunha discutir a segurança pública, tema ainda hoje urgentíssimo e seriíssimo. Entre os tópicos apresentados na cartilha no ano de 2009, havia um que refletia sobre o sistema prisional, assunto que realmente nos diz respeito, já que seguimos a doutrina social-cristã e acompanhamos, com os demais colegas, as alternativas para que as pessoas privadas de liberdade se recuperem efetivamente e retornem com mais dignidade ao seio da sociedade. Muitas vezes o diagnóstico da realidade dos presos evidencia que as pessoas saem de penitenciária ou delegacia mais machucadas ou machucando mais as pessoas do que quando entraram.

Pudemos avaliar outros sistemas propostos, como as Apacs, as fazendas de recuperação de dependentes químicos. Sr. Presidente, ficamos muito felizes com a inauguração do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, e, de maneira especial, este Deputado se alegrou, porque, em 2007, um dos primeiros projetos propostos na Casa, na 16ª Legislatura, tratava justamente da assistência às vítimas da violência e da assistência às gestantes privadas de liberdade. Durante a tramitação desse importante projeto, cerca de um ano e meio, o governo, com a sensibilidade do Governador Aécio Neves, elaborou simultaneamente um projeto que culminou no lançamento do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. O projeto beneficia não só as gestantes, mas também as mães lactantes de crianças de até 1 ano. Em 2009, sentimos a alegria de ser apresentado aqui, na Casa, o projeto, resultante de uma ação do governo, e, com a proposta da Campanha da Fraternidade, encaminhou-se para o bem de toda a comunidade.

Em 2010, na próxima semana, na Quarta-Feira de Cinzas, no início da Quaresma, contaremos com o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010, cujo tema e lema serão muito importantes, pois sensibilizarão todos os cidadãos. Como diz D. Dimas, Secretário-Geral da CNBB, patrões, empregados, empresários, enfim, pessoas envolvidas na economia serão sensibilizadas pela campanha, já que o tema é "Economia e Vida" e o lema, uma frase bíblica da Sagrada Escritura dita por Jesus, "Você não podem servir a Deus e ao dinheiro". A Campanha da Fraternidade deste ano tem propostas concretas. Então, Sr. Presidente, fiz questão de imprimir parte da cartilha para termos uma noção do conteúdo e, a partir disso, como no ano passado, propormos debates. Estou com a revista "Canção Nova", que aborda justamente esse lançamento, e, como diz o Secretário-Geral da CNBB, universidades, escolas, Prefeituras, movimentos sociais e outras entidades costumam, conforme o tema, promover debates e assumir o texto-base da Campanha como ponto de partida para uma reflexão durante o ano.

Mostrarei um pouco da Campanha falando sobre o tema da introdução da cartilha da Campanha da Fraternidade de 2010, que nos propõe a

CNBB e a comissão organizadora da Campanha da Fraternidade. (- Lê:)

"Fraternidade e economia. Providenciar tudo que é necessário à sobrevivência; caráter humano da economia, como atividade realizada por pessoas, devendo orientar-se ao serviço das pessoas, razão de ser da vida econômica e social; a economia, como ciência, deve ser orientada para o bem comum. Objetivo geral: colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas cristãs e de pessoas de boa-vontade, para que todos contribuam para a construção do bem comum, em vista de uma sociedade sem exclusão. Os objetivos específicos devem ser trabalhados em quatro níveis: social, comunitário, eclesial e pessoal."

Outros objetivos específicos. (- Lê:)

"Mostrar a relação entre fé e vida, a partir da prática da justiça como dimensão constitutiva do anúncio do Evangelho; reconhecer as responsabilidades individuais diante dos problemas decorrentes da vida econômica, em vista da própria conversão; criar laços entre as pessoas de convivência mais próxima, em vista do conhecimento mútuo e da superação tanto do individualismo como das dificuldades pessoais; sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar todas as pessoas que a constituem; buscar a superação do consumismo, que faz com que o ter seja mais importante do que as pessoas."

Na entrevista concedida pelo Secretário-Geral da CNBB, ele nos fala de um lema talvez polêmico, num país onde a desigualdade social ainda é uma das maiores do mundo, e buscamos respostas para isso, já que é um país, dos maiores do mundo, que se diz também cristão. É um contraste e até mesmo uma contradição. Enquanto nos dizemos um dos países mais cristãos do mundo, por outro lado, somos um dos países mais desiguais.

O Secretário da CNBB explica o lema "Ou Deus ou o dinheiro". É a encruzilhada que a Campanha da Fraternidade apresenta neste ano. Com autorização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - Conic - coordena campanha focada em economia, com apelo de conversão a todos os cristãos na Quaresma. A sinalização sobre o melhor caminho a seguir vem da Doutrina Social da Igreja, segundo o Secretário-Geral da CNBB, D. Dimas Lara Barbosa.

Ele pede um agir cristão para ricos e pobres. E diz: "Vale para funcionário o que vale para um empregador. Ou seja, viver sempre com honestidade, solidariedade, com a capacidade inclusive de ver no seu colega um irmão", aponta.

E ele nos fala da importância dessa campanha no que diz respeito a todos os segmentos da nossa sociedade. Sr. Presidente, vale lembrar que a CNBB é uma das instituições mais respeitadas do Brasil - as pesquisas mostram isso. Entre as instituições mais respeitadas e com maior credibilidade que temos, a CNBB, com as propostas em defesa da vida, que buscam o bem comum, tem sido realmente aquela que aponta um norte de solidariedade, fraternidade, justiça e, conseqüentemente, de paz para a nossa população.

Sr. Presidente, para concluir, uso novamente as palavras de D. Dimas: "Vale para funcionário o que vale para um empregador. Ou seja, viver sempre com honestidade, solidariedade, com a capacidade inclusive de ver no seu colega um irmão, de estar sempre disposto a ser semente da palavra de Deus onde quer que ele esteja. Mas, além disso, a postura de vida, a honestidade, a opção pelos valores éticos, o engajamento profético na denúncia das injustiças, na construção de um mundo justo e solidário é missão de todo discípulo-missionário de Jesus Cristo".

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso pronunciamento e o esclarecimento do que a Campanha da Fraternidade de 2010 nos trará. Na Quarta-Feira de Cinzas, haverá o lançamento nacional, e, não só durante a Quaresma, mas em todos os meses de 2010, cabe a todos os cidadãos, onde quer que estejamos, contribuir para que essa proposta tão importante possa gerar paz, justiça, fraternidade e solidariedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado João Leite, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente quero cumprimentar o Deputado Eros Biondini pelo pronunciamento. Sem dúvida, a Campanha da Fraternidade deste ano traz mais uma vez um tema de muita relevância: economia e vida. É muito importante a agenda proposta pelo Deputado Eros Biondini durante esse período, para que possamos aqui promover os debates necessários, inclusive na mobilização e integração com a Campanha da Fraternidade.

Também me associo ao Deputado Eros Biondini ao cumprimentar D. Aloísio Pena, que deixa Belo Horizonte, nossa Capital, como Bispo Auxiliar, para cumprir uma missão tão relevante no nosso querido Vale do Mucuri. Tive a oportunidade de conversar com D. Aloísio e me disponibilizar também para que possamos, todos juntos, modestamente, auxiliá-lo nessa nova tarefa missionária, social, religiosa e espiritual que assume em Teófilo Otôni e em toda a região, particularmente com nossos irmãos maxacalis, em Bertópolis e Santa Helena.

Sr. Presidente, durante esta semana, ouvi atentamente vários pronunciamentos a respeito dessa polêmica instaurada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, para desespero dos tucanos mais lúcidos, fez publicar, no último sábado, artigo em que sugere comparação dos oito anos de seu governo com o atual governo do Presidente Lula. É desse assunto que venho tratar hoje, desta tribuna. Em primeiro lugar, nós do PT, que defendemos o governo Lula, não temos a pretensão, a arrogância de nos arvorarmos de responsáveis exclusivos pelos avanços democráticos e sociais em nosso país. Seria equívoco histórico e, de certa maneira, até injustiça para com tantos brasileiros e brasileiras - muitos anônimos - que, ao longo da nossa história, cada um em seu tempo político, existencial, lutaram com os instrumentos disponíveis para erigirem essa grande nação. Tivemos movimentos fabulosos em nosso país, como os quilombos, a resistência dos povos indígenas, a Inconfidência Mineira, a luta abolicionista, o movimento operário no início do século XX, sob forte influência do movimento anarquista. Tivemos Presidentes que, mesmo com contradições, contribuíram para nosso país, como o governo Getúlio Vargas, que instaurou, no seu início, a legislação trabalhista e previdenciária em nosso país; os anos JK do desenvolvimentismo; a década de 60, com o movimento estudantil e os movimentos de base; a teologia da libertação; a esquerda clandestina, com as nuvens que enfrentaram sob o regime militar. Tivemos também as Comunidades Eclesiais de Base e o novo sindicalismo. Tivemos tudo isso antes mesmo da formação do PT, que completou 30 anos. A história do Brasil não é escrita a partir da fundação do PT. Mas é inegável a contribuição do PT na história recente do País. Com todo o respeito que merece, o Deputado Marcus Pestana, a meu ver, no dia do aniversário do PT, foi deselegante ao criticar acidamente, de maneira pejorativa, nosso Partido. O PT foi fundamental no processo de redemocratização. Quem não se lembra das memoráveis manifestações das Diretas Já, com o PT à frente junto a outras lideranças de vários partidos políticos; da contribuição inegável do PT ao movimento pró-constituente, na própria Assembleia Nacional Constituinte - aliás, consultem o livro do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar para verificar a nota conferida à atuação dos parlamentares do PT na Constituinte -; do papel que tivemos na primeira eleição presidencial e depois no governo paralelo, denunciando os arrombos e as irresponsabilidades cometidos pelo ex-Presidente Collor de Melo; e das Caravanas da Cidadania. Assim o PT, por meio de seus parlamentares e das administrações democráticas populares, contribuiu para tudo isso.

Em nossa Capital, Belo Horizonte, a partir de 1992, o ex-Prefeito e hoje Ministro Patrus Ananias, sem dúvida alguma, foi o Ministro mais importante do governo Lula, o Ministro do Bolsa-Família. Então é inegável essa contribuição do PT, ainda que não seja exclusiva, como se a história do Brasil começasse depois do PT. Não temos essa prepotência nem essa arrogância.

Mas o ex-Presidente Fernando Henrique nos chamou para comparação. Julgo importante que façamos essa comparação de maneira muito serena. Diálogo serenamente aqui com os Srs. Deputados, com as Sras. Deputadas, com os telespectadores que nos acompanham de seus lares, em todo o Estado. Pegaremos o exemplo da educação. Deputado Carlin Moura, o ex-Presidente Fernando Henrique é intelectual renomado, sociólogo, e parece que não tinha sensibilidade social alguma, não pensou em programa algum de apoio aos jovens mais pobres da

camada popular. Hoje o Presidente Lula, com o ProUni, garante quase 500 mil jovens pobres à porta e dentro da universidade. O Presidente Lula triplicou o número de vagas nas universidades federais desde que assumiu. Foi necessário um operário, que, pelo destino, não teve condição de fazer curso superior, para garantir o acesso à universidade para os jovens mais pobres. Há universalização da energia elétrica, o programa Luz para Todos, que garantirá energia elétrica, bem básico para a cidadania e para o conforto, para 11 milhões de famílias brasileiras. Há o Pronaf, o programa de fortalecimento da agricultura familiar. O Presidente Lula multiplicou por 10 os recursos investidos na agricultura familiar.

Há o programa Bolsa-Família. Que lorota é esta de o ex-Presidente Fernando Henrique dizer que o Bolsa-Família é da sua época? Na sua época, recordamo-nos é do "bolsa-esmola", os R\$15,00 conferidos pelo chamado Bolsa-Escola, cujo apelido era "bolsa-esmola", ou do Vale-Gás, de R\$7,50. O repasse médio hoje é de R\$90,00, e não de R\$7,50, ex-Presidente Fernando Henrique, e não é para 5 milhões de brasileiros, mas para 12 milhões de famílias brasileiras, 44 milhões de pessoas. Na área da assistência social, o ex-Presidente Fernando Henrique desmontou o pouco que havia de assistência social em nosso país, sucateou a área da assistência. Criou o programa Comunidade Solidária, programa focalista, que escolhia alguns bolsões de miséria para mostrar como exemplo de integração social, sem preocupação universalizante alguma. Na área da segurança alimentar, a primeira medida do ex-Presidente foi acabar com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea -, criado pelo ex-Presidente Itamar Franco, sob a coordenação do Presidente do Consea mineiro, D. Mauro Morelli. Quanto ao salário mínimo, comparemos o da época Fernando Henrique com o da época Lula. Vejamos o crescimento econômico. Hoje temos crescimento econômico de 5% a 6%. No governo Fernando Henrique, era 1,3% de crescimento médio. Nossa política externa era submissa, subserviente, agachada diante dos interesses dos países ricos. Quem mandava no País era o Fundo Monetário Internacional - FMI - e seus executivos, que não tinham vergonha alguma de descer aqui, nos seus jatinhos, com suas malinhas, dar entrevistas coletivas e passar o receituário neoliberal para ser obedecido pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O hoje Estado brasileiro é outro Estado, é outro modelo. Somos contra o Estado mínimo, contra a entrega do patrimônio nacional para as multinacionais. Defendemos o Banco do Brasil, a Petrobras e a Caixa Econômica Federal. Achamos que o modelo de Estado tem de ser aquele indutor do crescimento econômico, aquele que propicia melhor distribuição de renda. Garantimos a estabilidade econômica, mas num outro patamar, que está conjugado com a distribuição de renda, com a justiça social, com a ampliação das oportunidades. O vetor de nosso processo econômico hoje é o aquecimento do mercado de consumo interno por meio de um processo redistributivo, com recuperação do poder real do salário mínimo, com a geração de emprego, com a qualificação profissional, com o avanço no nível de escolaridade e com os programas redistributivos como o Bolsa-Família, o Pronaf, o ProJovem e tantos outros.

Não há nível de comparação. Como petista, estou até feliz com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele está facilitando a nossa vida neste ano eleitoral, ao chamar o debate, ao chamar a comparação. O que os tucanos mais repelem é o ex-Presidente Fernando Henrique, mas ele está fazendo exatamente o que nós queremos, comparar o governo Lula com o governo Fernando Henrique. Acho que ele faz isso exatamente por sua arrogância, por sua prepotência. Era um Presidente que passava por Minas Gerais somente de avião. Podemos contar nos dedos da mão quantas vezes o ex-Presidente Fernando Henrique esteve em Minas Gerais. Ele não gosta de Minas Gerais, tanto é que ajudou a "escantear" o Governador Aécio Neves na escolha da candidatura do PSDB. Isso é outro assunto. Não darei palpites em partido alheio, mas "escantearam" o Governador e agora querem que ele seja candidato a Vice-Presidente, querem passar um melzinho na boca dos mineiros, dizendo que haverá um mineiro de Vice-Presidente, a fim de terem os votos em nosso Estado. Minas Gerais já tem uma candidata, Dilma Rousseff, mineira, nascida em Belo Horizonte. Não precisa de Vice-Presidente mineiro não, pois vamos ter Presidente, mesmo porque Vice-Presidente mineiro já temos um da melhor qualidade, o José Alencar. Este sim é um homem digno, que faz jus ao cargo que ocupa e retrata as melhores tradições de Minas Gerais, junto com o Presidente Lula, que faz esse belíssimo trabalho.

Quero, assim, aqui discordar, de maneira convicta, do conteúdo desse artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos ajuda muito nessa comparação.

Quero dizer, para concluir, que esse projeto democrático-popular precisa continuar. Vejam bem, o Presidente Lula, do alto da sua popularidade, dos seus quase 90% de aprovação, reiterou o seu espírito democrático, não quis nem conversa sobre terceiro mandato. Ele respeita a democracia brasileira, apresenta, com o nosso partido, uma pré-candidata, a Ministra Dilma Rousseff - de Minas Gerais, diga-se de passagem -, para continuar essa belíssima obra realizada em nosso país. Tenho a certeza de que o povo mineiro e o povo brasileiro vão comparar e farão a escolha certa no momento certo.

Que bom que o PT, ao completar seus 30 anos, tenha essa belíssima contribuição registrada na história do País. Um governo que fez o País crescer, mas que fez principalmente as pessoas crescerem junto com ele. Hoje o Brasil é modelo de crescimento econômico para o mundo inteiro, com justiça social e com distribuição de renda. Parabéns, Presidente Lula! Parabéns, Vice-Presidente José Alencar! Parabéns, Ministro do Bolsa-Família, o nosso querido Patrus Ananias, por esse belíssimo trabalho de incorporação e resgate da dívida social em nosso país!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Cumprimento o Sr. Presidente, os demais Deputados e todos os que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro. De modo especial quero me dirigir aos meus prezados amigos quase conterrâneos, pois nasci em São Tiago, próximo de São João del-Rei e Ritópolis, cidade protegida por Santa Rita, nossa padroeira. É uma grande alegria para nós termos a presença de quatro dos seus representantes legais, pois já fui Vereador, como também o Deputado André Quintão. Estamos hoje no Parlamento mineiro preocupando-nos com toda a realidade de Minas Gerais e até do Brasil, mas sabemos que o Vereador é que está lá na ponta, enfrentando no dia a dia as demandas da comunidade.

Quero também cumprimentar o prezado amigo Jesu Ribeiro Resende, Vereador pelo PSDB, como também os Vereadores Gilberto Lúcio de Souza, pelo PSC; Marcos Antônio Heitor dos Santos, pelo PT; e Sormoni Jesus de Oliveira, pelo PTB.

Muito obrigado por estarem aqui trazendo as preocupações e as reivindicações do povo de Ritópolis. Temos um carinho especial por todo o Campo das Vertentes. Vivo e crio a minha família em Divinópolis, porque também sou divinopolitano de coração, já que tenho muito amor àquela terra querida que me acolheu, mas não me esqueço das minhas raízes. A nossa origem é fundamental, porque nos acompanha por toda a vida. Feliz daquele que valoriza as suas origens. A minha origem - bem como a dos colegas de Ritópolis, que aqui vieram - é de gente simples, humilde, trabalhadora e devotada aos valores cristãos e familiares..

Sr. Presidente, a pauta do art. 70, como estabelece o Regimento Interno, é para tratar de assunto de interesse de todos, urgente e inadiável. Hoje, o Brasil vive uma situação um tanto quanto inusitada, uma vez que em assunto urgente e inadiável se transformou a eleição. O processo eleitoral, que legalmente deveria se constituir a partir de julho, dentro do prazo legal, observados os princípios da lei eleitoral, por razões que todos conhecem, foi deflagrado pelo Presidente da República, no afã de fazer a sua candidata Presidente do Brasil, pela sua decisão e imputando a ela todas as virtudes e qualidades e ainda mostrando todos os defeitos dos demais candidatos. Inevitavelmente, isso foi tomando conta de alguns espaços, inclusive este espaço democrático, que também está contaminado por essa linha de raciocínio, embora tenha havido aqui debates ricos, como o do Deputado André Quintão; porém não concordo com essa linha de antecipar as eleições, de trabalhar, de forma direta, a questão da candidatura.

Hoje já falei sobre esse assunto aqui e tenho insistido nele, porque, uma vez tomado esse caminho pelo grupo do PT, não podemos, sob pena de comprometer o futuro do País, sermos omissos, e é justamente isso que está ocorrendo. O Presidente cometeu a ilegalidade de antecipar a campanha, com a sua candidata Dilma Rousseff, desconhecida no País. Em Minas, ninguém nunca soube das histórias da Dilma, e agora ficamos sabendo que ela é mineira. Não só dizem que ela é mineira, mas também que é apaixonada por Minas Gerais. Ela nasceu aqui e foi embora criança, e eu não a culpo por isso, apenas digo que só não faz sentido brincar com a inteligência dos mineiros, com esse tipo de discurso. Tudo para construir, na cabeça do cidadão, de assalto, uma decisão antecipada para garantir o continuísmo, e isso é tão perigoso quanto os tempos autoritários. Estou me referindo ao fato de se passar por cima da lei eleitoral e antecipar a campanha eleitoral.

Nós, da Oposição ao governo do PT, entendemos que essa regra que está virando a regra do jogo, em desrespeito à lei, está favorecendo quem desrespeita a lei e prejudicando quem a respeita, como é o caso do Governador de São Paulo, que, desde quando assumiu o governo de São Paulo, já tinha popularidade no Brasil inteiro, por ter sido um grande Ministro da Saúde, um homem sério e dedicado às causas do País, e por ter uma história impecável, de luta contra o regime militar, ajudando a construir a democracia, com a sua trajetória como Vereador, Prefeito, Deputado, Senador da República e Ministro. Por já ter sido candidato à Presidência da República, ele pôde mostrar a sua linha de trabalho e, na cabeça do povo brasileiro, tinha uma preferência que não aumentou, porque, até hoje, ele não fez campanha e continua cuidando da sua obrigação de governar São Paulo, já que foi eleito para isso, por sinal, fazendo um grande governo, o que mantém a sua popularidade e as intenções de voto, como aquele que realmente tem a maior preferência do eleitorado brasileiro. Ele não faz campanha, portanto, não altera o cenário. Já aquela que tinha 2%, 3% de intenção de voto, de repente, coloca-se como a virtual Presidente da República, porque está fazendo campanha. E, agora, essa conduta chega não só ao governo de Minas, mas também ao Plenário desta Casa. Vamos ficar calados e concordar com isso? O pior de tudo é a mania de comparar, ao dizer que o governo Lula fez isto e aquilo, como se fosse possível fazer uma comparação sem levar em conta o momento da história, a realidade econômica mundial e uma série de outros fatores. Como se a comparação fosse simplesmente meros e frios números, do tipo: fulano fez tantas casas e sicrano fez isto e aquilo, como se a realidade política e econômica, enfim, como se a realidade mundial não dovesse ser levada em conta nessa análise, uma análise simples. Mas há uma comparação que, em qualquer tempo, é conveniente fazer: de como governar, do tipo de postura que se deve ter quando se tem a responsabilidade de comandar, liderar o País, o Estado ou a cidade. Antes de fazer essa comparação - porque respeito muito a liderança e a competência do nobre Deputado João Leite -, quero conceder-lhe aparte, para que, juntos, possamos refletir sobre esse tema. Será difícil comparar o jeito de governar do PSDB, fazer política, a nossa maneira, a nossa prática, os valores que prezamos, com a maneira de fazer política do PT? Será que essa comparação interessa ao eleitor, que escolherá quem comandará o País no futuro?

O Deputado João Leite (em aparte) - Eu agradeço. V. Exa. ontem nos brindou com um grande discurso histórico nesta Assembleia Legislativa. Agora novamente volta com muita sabedoria, inteligência e competência a esta tribuna, com toda a experiência que V. Exa. vem acumulando durante esses anos, como Prefeito, como Líder partidário e como Deputado Estadual.

Na verdade, quero dar voz àqueles que estão nos acompanhando e que não param de me mandar mensagem. (- Lê:) "Estou assistindo ao debate e quero lamentar, pois querem apagar a memória do povo brasileiro; querem apagar a nossa história, Ulysses, Tancredo, Rui Barbosa, Oscar Niemeyer, Zilda Arns, pois o Brasil para eles foi descoberto em 2003. Cuidado, a ditadura pode voltar". Temos outra manifestação aqui, e quero dar voz a esses telespectadores que veem V. Exa. agora e estão mandando mensagem. "Estou assistindo agora à TV Assembleia. Pode comparar o que foi gasto no metrô de BH, no governo de Fernando Henrique Cardoso e no de Lula; quanto cargos comissionados para os companheiros?"

O Deputado Domingos Sávio* - É a maneira de fazer política. Estamos chegando!

O Deputado João Leite (em aparte) - Quero responder. No governo do PSDB, tínhamos 23 ministérios; agora temos 39. A Prefeitura do PT em Belo Horizonte tinha 63 secretarias - tenho de ser sincero e dizer que era no governo Pimentel -, havia lugar para todos os companheiros. É diferente mesmo, essa tentativa de rachar o nosso país no meio.

Poderíamos fazer também uma comparação de quanto o governo brasileiro enviou para o metrô de Caracas. É algo espetacular. Enquanto Belo Horizonte tem 28km de metrô, Caracas está na quarta fase, na quarta extensão do metrô. E tudo isso financiado pelo governo brasileiro para o companheiro do PT, Chávez, e para Evo Morales, que tomou a Petrobras. Eles são diferentes para o PT. Para nós, não; eles aviltam a dignidade humana, o direito humano e a democracia. Para o PT, o paredão que está em Cuba e matou tantas pessoas é possível. A morte por enforcamento e por apedrejamento em Teerã, no Irã, também é possível. Isso pode sim. Essa é a diferença que podemos constatar, e os telespectadores da TV Assembleia também estão nos ajudando enviando mensagens. Podem continuar mandando as mensagens que elas ajudarão nesse debate. Eles já esclareceram, é bem diferente mesmo. Parabéns. Acompanho com atenção o pronunciamento de V. Exa., Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio* - Agradeço muito ao Deputado João Leite e àqueles que, por meio do Deputado, enviaram e ainda estão mandando mensagens. Tenho em mão um artigo que saiu no jornal "Folha de S. Paulo", de um dos homens mais respeitados não só no campo jurídico, mas também como um grande cidadão brasileiro, respeitado por todos - até onde me consta, pelo próprio PT, pelo PSDB e por todos que acompanham e prezam o Estado de Direito. A democracia pressupõe um Estado de Direito em que as regras do jogo sejam claras e as pessoas tenham de fato direitos e acesso à Justiça. Eu me refiro a Ives Gandra da Silva Martins, grande jurista, professor de Direito da USP e referência no Brasil.

Agora, no mês de janeiro, Ives Gandra acaba de publicar artigo em que inicia falando sobre o regime de exceção que vivemos de 1964 a 1985, da importância da superação desse regime, da participação de instituições como a OAB - então cita figuras como Ulisses Guimarães, Mário Covas, Franco Montoro e várias outras lideranças - e naturalmente fala que isso foi luta de muitos, mas faz... (- Interrupção por falta de energia elétrica.)

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Ilustre Deputado Domingos Sávio, comunico que houve problema técnico na cabine e que seu tempo será integralmente restituído, pois respeitamos a democracia.

O Deputado Domingos Sávio* - Obrigado. Este é o grande instrumento por meio do qual temos de buscar as transformações, a evolução, e é sobre esse tema que eu falava. Quando Ives Gandra escreveu esse artigo, ele foi ao período negro da ditadura, destacou a importância daqueles que lutaram contra ela para chegar a algo que está acontecendo hoje - e isso deve ser comparado. Ele busca algo terrível que aconteceu no passado e chega a questões que estão sendo levantadas hoje. O Presidente precisava da reeleição, e foram feitas algumas tentativas como, por exemplo, o famigerado código dos jornalistas, que tentava cercear a liberdade de imprensa e que mobilizou todos os profissionais de imprensa e todos os veículos de comunicação do Brasil para aquele ordenamento jurídico sob o pretexto de que regulamentaria profissão ou conselho de jornalista. Na verdade, havia inúmeros artigos que cerceavam a liberdade de expressão, mas esses pseudoguerrilheiros que ainda tentam, de alguma forma, impor ao Brasil regime marxista comunista, fazem com que o Presidente Lula receba Ahmadijád no Palácio do Planalto, o homem que acabou de mandar fuzilar no Irã 12 cidadãos pela simples acusação de que fizeram protesto contra as eleições fraudulentas que ele, de alguma maneira, organizou naquele país. Da mesma forma, grupo de pessoas aplaude o Presidente da Bolívia que roubou dos brasileiros a Petrobras. Bateram palmas enquanto o Sr. Evo Morales, com sua postura autoritária, fechava veículos de comunicação. E Ives Gandra vem dizendo sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, objeto de decreto do PT: "Organizado por inspiração de guerrilheiros pretéritos, pretende, todavia, derrubar essas conquistas democráticas, realimentando ódios e feridas". E pior, diz Ives Gandra: "Todavia o pior de tudo é que é programa, reprodução dos modelos constitucionais da Venezuela, do Equador e da Bolívia". Ou seja, tentam impor isso por decreto ao povo brasileiro, que tem tradição de democracia, de liberdade, pois ainda estamos construindo, lutando por ela. Como isso afeta nossa vida? Citei decreto recente que está afetando a vida do povo do Norte de Minas e os produtores rurais em

todo o Estado. O Presidente Lula fez decreto dizendo que a mata seca do Norte de Minas - que deve ser preservada, mas com regras próprias para aquele tipo de vegetação, para aquela realidade -, a partir de agora, virou mata atlântica. Por decreto, ele quer dizer agora que o Judiciário está proibido de conceder liminar para retirar o indivíduo que invade terras, os invasores sem terras - e isso está nesse mesmo decreto do chamado Programa Nacional dos Direitos Humanos, ou seja, retirou o direito de agir do Judiciário por decreto.

Essa é a diferença entre os tipos de governo. Sem falar no que disse o Deputado João Leite, é um governo que faz da estrutura pública a propriedade de um partido ou grupo, com empreguismo; é um governo que prometeu combater a corrupção no Brasil e, de certa forma, banalizou-a. Toda vez que alguém se envolve em corrupção e está ligado ao governo, o próprio Presidente Lula diz: "Não é bem assim. Coitado, é o companheiro Delúbio". E no escândalo do Senado? "Ah, mas o Sarney não é um cidadão qualquer. Não tem problema, pode cometer os maiores impropérios".

É essa a comparação que precisa ser feita quanto à maneira de governar. Aqui em Minas estamos terminando oito anos de governo. Não queremos fazer comparação entre o governo Aécio e os anteriores, em termos de obras. É isso o que tentam fazer em relação aos governos do PT e do Fernando Henrique. Os tempos são outros, a realidade econômica implantada definitivamente no Brasil e para a qual o PSDB contribuiu possibilitou vivermos hoje um momento melhor no País, viabilizou o surgimento de mais obras públicas. Minas sempre pode ser comparada nas obras - o governo é do PSDB - e na maneira de governar em parceria com as Prefeituras, de forma transparente. São quase oito anos de governo Aécio Neves, e até hoje não houve nenhum escândalo, nenhum problema de corrupção, o dinheiro público está chegando ao cidadão por meio de obras e serviços. É o que faremos: não cometeremos o crime de antecipar campanha eleitoral, mas também não ficaremos omissos. Faremos debates aprofundados porque queremos preservar a democracia, desejamos um caminho novo para o Brasil. Como disse o Aécio, de forma muito apropriada, é um período pós-Lula, e não um continuísmo. Já começam a achar que são donos do País, já dizem frequentemente que são bons e o resto é ruim. Isso não é democracia, esse não é o melhor caminho para o Brasil. O melhor caminho é o momento pós-Lula. Não ficaremos dizendo "fora Lula", como fizeram com o Fernando Henrique.

É hora de termos grandes pensamentos para o País como um todo, principalmente consolidando a democracia e não tentando usurpá-la com decretos como esse. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, gostaria de prosseguir nesse debate político importante. Esta é uma Casa Legislativa e, obviamente, o debate eleitoral será feito no tempo adequado. Ainda estamos distantes das convenções de junho, a campanha terá início após o mês de julho. Estamos aqui fazendo um debate sobre o nosso país.

Gostaria de, fraterna e respeitosamente, discordar desse tom adotado nos últimos dias por alguns Deputados do PSDB em relação à postura do PT quanto a alguns temas da atual conjuntura. Sinceramente, acho que a Oposição ao governo Lula está absolutamente desnorteada, sem eixo, sem rumo, sem pega. Alguns argumentos remontam à memória da época da ditadura, já que fazem um tipo de crítica ao PT que era feito pela extrema direita à imagem e semelhança daquela que faziam aos partidos comunistas: "Comunistas comem crianças, o PT irá desalojar as pessoas dos apartamentos, caso chegue à Presidência da República; o PT é contra a vida; o PT apoia pena de morte." O que é isso? Não entraremos nessa discussão, porque o povo brasileiro já adquiriu um grau de maturidade política e não absorve mais esse tipo de vinculação. Hoje, vincula-se o PT ao ProUni e ao Programa Bolsa-Família. Pensou PT, pensou Bolsa-Família, pensou Patrus, pensou Lula, pensou José Alencar, que são os condutores desse programa em nosso país. O governo Lula recolocou o País no cenário internacional.

O Presidente Lula, no fórum econômico de Davos, recebeu - ele não pôde comparecer pessoalmente, por uma questão de saúde - o Prêmio de Estadista Global. Não foi uma honraria dos sindicatos, dos partidos de esquerda da Europa, mas do fórum econômico, das elites econômicas que estão vendo que o Brasil quebrou paradigmas, conseguiu implementar um modelo de crescimento econômico com distribuição de renda. Isso o ex-Presidente Fernando Henrique não fez. O governo Fernando Henrique colocou o País na recessão. Gosto muito de relembrar episódios - e aqui entro no debate sobre a forma de governar -: quando veio a crise econômica, qual foi o rumo adotado pelo Presidente Lula? Foi dito: "Vamos investir nas políticas sociais, aumentar o reajuste do Bolsa-Família e aumentar o recurso da alimentação escolar. Vamos oferecer crédito mais barato, desonerar a chamada "linha branca" - fogão, geladeira, máquina de lavar. Povo brasileiro, vamos consumir mais, vamos ter mais conforto, porque isso aquecerá o mercado interno, vamos colocar mais recursos para a agricultura familiar". Ou seja, o Presidente Lula foi corajoso, enfrentou a crise econômica injetando recursos no mercado interno de consumo. Lembro-me de que, em 1999, 2000, em uma dessas crises que ocorrem no capitalismo mundial, o Presidente Fernando Henrique autorizou, Deputado Carlin Moura, um corte de 30% na verba repassada para entidades sociais - creche, asilo, entidade que atendia pessoas com deficiência -, como a antiga Legião Brasileira de Assistência - LBA. Tivemos que organizar uma caravana aqui em Belo Horizonte, que contou com mais de oito ônibus, para protestar na Esplanada dos Ministérios. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardozo tirou dinheiro de asilos e de creches por causa de uma crise econômica. Isso é fato, essa é a forma de governar do ex-Presidente do PSDB. É claro que há administrações mais lúcidas, que não seguem essa cartilha do ex-Presidente Fernando Henrique ao pé da letra. E o candidato do ex-Presidente é José Serra, à imagem e semelhança. É o tucanato paulista, que escanteou o Governador de Minas no processo sucessório nacional. Qual a nossa forma de governar? Estado onde é preciso. Vejo como um avanço a criação de um órgão federal para promover a igualdade racial, para cuidar dos quilombolas. Vejo a criação de um órgão para afirmar os direitos da mulher e o fortalecimento dos direitos humanos como algo positivo. Vejo, ainda, com bons olhos o Ministério do Desenvolvimento Agrário para gerenciar os recursos do Pronaf e incentivar a agricultura familiar. Isso é muito importante para o nosso país. O Presidente Lula - e o Deputado Domingos Sávio não disse aqui - ampliou o Estado não simplesmente com cargos de confiança, mas com concurso público. Não fez isso para alojar companheiros, não, mas para contratar professor universitário para dar aulas nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e nas universidades federais que estão sendo abertas. Não se abre universidade sem contratar professor universitário. O Ministério do Desenvolvimento Social que gerencia um orçamento de R\$40.000.000.000,00 por ano, que atinge 5.561 Municípios e beneficia 60 milhões de pessoas tem a metade de funcionários da Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro. Isso mostra a eficiência e a competência da gestão do Ministro Patrus Ananias. Então, não há inchaço do Estado; há, sim, lógica de Estado forte onde o povo precisa.

Por isso, não privatizamos o Banco do Brasil, hoje fundamental para o fortalecimento; não privatizamos a Caixa Econômica Federal, peça estratégica no programa Minha Casa, Minha Vida, no Programa de Aceleração do Crescimento e nas obras de saneamento ambiental; não privatizamos a Petrobras, e hoje, com o pré-sal, mais recursos serão dirigidos para a área social, principalmente para a educação. Defendo, sim, o Estado forte; sou contra o Estado mínimo, que faliu. Defendo não aquele Estado totalitário e presente nas questões da individualidade humana, mas o Estado que integra o jovem na universidade, que oferece escola técnica para a profissionalização, o Estado indutor da distribuição de renda e do crescimento econômico.

Não vamos fazer essa discussão hoje, por falta de tempo, mas uma das falhas que vejo em Minas Gerais é que ainda somos um Estado profundamente desigual. Não temos, como deveríamos, uma universidade estadual de Minas Gerais induzindo o desenvolvimento por meio da ampliação de vagas gratuitas para jovens pobres em regiões menos desenvolvidas do Estado. Hoje, Minas está reduzindo a desigualdade pela ação do governo federal, mas esse é um outro debate; vou-me ater ao debate nacional.

O Brasil se impôs no cenário mundial de várias formas. Veja, Deputado Carlin Moura - lembrando que o partido de V. Exa. tem grande responsabilidade nisso -, que o Brasil conseguiu trazer as Olimpíadas para o Rio de Janeiro e a Copa do Mundo para o país. O Presidente Lula vai deixar o governo às vésperas de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada a serem realizadas aqui. Se os próximos governos souberem continuar esse trabalho do Presidente Lula, aproveitaremos esse momento com oportunidades de mobilidade urbana, emprego e infraestrutura; basta que o próximo governo dê continuação a esse projeto exitoso do governo Lula. A nossa forma de governar é essa, valorizando a

democracia. Nunca aconteceram tantas conferências de políticas públicas quanto agora, e os Conselhos são respeitados - acabamos de sair da I Conferência Nacional da Comunicação. Como disse aqui, Deputado, a primeira medida do Presidente Fernando Henrique ao assumir o governo foi extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar; além disso, não convocava conferências bianuais e desrespeitava o Conselho Nacional da Assistência Social. Não vou nem falar sobre quanto custou a reeleição do Presidente Fernando Henrique, com aquela emenda no Congresso Nacional, que é um caso de polícia, mas que infelizmente não recebeu a apuração necessária. Quanto custou a aprovação da emenda da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso? V. Exa. sabe muito bem que o processo foi amplamente discutido pelo País afora, com provas e tudo mais. Mas esse é um debate rebaixado, no qual não entrarei. Prefiro ficar no campo das realizações, da forma de governar.

E a nossa forma de governar é democrática, com inversão de prioridades e sem dissociar a questão social da questão econômica, mas colocando-a como um componente estratégico: a questão social impulsionando o crescimento econômico.

Com o maior prazer, concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio, parlamentar atuante, que tenho na mais alta estima. Tenho certeza de que V. Exa. não comunga com esse tucanato paulista que exclui Minas Gerais do processo sucessório nacional.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado André, o respeito que tenho por V. Exa. é do mesmo nível e intensidade, e tenho certeza de que V. Exa. sabe disso. O que me leva a apartear-lo é uma discordância profunda não só quanto a alguns temas que V. Exa. aborda, mas também quanto à maneira como o faz. Respeito-o muito e não sei por que razão V. Exa. fez questão de dizer, como se eu tivesse me esquecido de considerar, que o Presidente Lula contratou muitos funcionários, mas que o fez por meio de concurso. Não é verdade. V. Exa. sabe que ele contratou por concurso, sim, e que isso é uma rotina em todos os governos: alguns vão-se aposentando, a população do Brasil vai crescendo e a riqueza do Brasil também, felizmente. Assim, cada governo que chega tem um patamar diferente. Mas vou fazer uma afirmação, lembrando que ele adora a expressão "nunca na história deste país".

Posso afirmar-lhe, com certeza absoluta, que - e os números estão nos balanços do governo para confirmar - nunca, na história do País, nenhum **Presidente criou tanto cargo de livre nomeação para companheiros. Essa é a discussão sobre forma de governar. Não entrarei no mérito do Estado mínimo ou máximo. Hoje, o povo está acordando para não aceitar esse tipo de ponderação, que não leva a resultados. O Estado deve ter o tamanho necessário para servir à comunidade. Uma Prefeitura também deve ter um número mínimo de secretarias que corresponda à sua realidade. Desse modo, uma Prefeitura do interior não pode ter o mesmo número de secretarias que a Prefeitura da Capital. Todavia, durante o período em que o PT governou, a Prefeitura da Capital não precisava ter ficado tão inchada. Uma característica do partido é fazer um Estado de um tamanho que atenda os interesses dos companheiros; quanto mais companheiros forem necessários para pagar a contribuição com o dinheiro recebido do poder público, mais cargos são criados. Essa é uma ótica diferente. O Governador Aécio e o Prof. Anastasia vieram e nos mostraram que o dinheiro público foi usado para o cidadão, e não para os companheiros. Então, o custo do Estado diminuiu, sobrando mais dinheiro para o cidadão. Como V. Exa. nos disse, em Minas existem grandes desigualdades. Entretanto, elas não foram criadas agora nem pelo governo anterior. Isso é histórico. No Estado, nunca as desigualdades foram tão corrigidas, com inúmeros investimentos na saúde, na educação, na segurança pública e na habitação. São recordes e mais recordes. Vamos comparar? Não é por aí. A comparação deve ser feita quanto à forma de governar, e entendo que o povo brasileiro deseja o retorno da forma democrática.**

Nos segundos que me restam, gostaria de dizer que nós dois temos algo bastante semelhante: brigamos por causas sociais. Foram citadas, por V. Exa., questões ligadas à área social e ao Conselho de Segurança Alimentar - Consea. Fui Prefeito e sempre tive um apreço e um cuidado especial com essas questões, pois é nossa obrigação. Não é justo dizer que o governo do PSDB não cuidou disso e que, ao se falar no PT, lembra-se logo do Bolsa-Família. O Bolsa-Família é uma derivação do Bolsa-Escola, que tinha uma coerência, porque se dava o dinheiro à família e se assegurava a frequência da criança na escola. O Bolsa-Gás e o Bolsa-Alimentação reuniram-se num único programa. Há mais orçamento? Sim. Aumentou-se o número? Aumentou-se. No entanto, é hora de termos um governo que, em vez de ficar vangloriando-se por aumentar o Bolsa-Família, possa dar, de forma programada, o benefício a todos que precisam, sem exceção. Deve-se planejar isso a fim de tirar o povo da miséria e viabilizar, de fato, emprego, qualificação profissional e qualidade de vida. Comungamos na luta pelas causas sociais, e isso já me deixa extremamente feliz. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Deputado Domingos Sávio, obrigado. No tempo que me resta, gostaria - mas deixarei para uma próxima ocasião - de fazer um debate mais mineiro. Estamos votando o Plano Decenal de Educação, e é importante que Minas assuma o piso nacional do magistério e a universalização da implantação dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras. Muitos Municípios ainda não têm os Cras. Os Conselhos Tutelares do Estado passam por uma verdadeira romaria para conseguirem computador ou veículo, tão importantes para o trabalho.

Sr. Presidente, gostaria que refletíssemos sobre um projeto do Governador que trata da gestão da Cidade Administrativa. Ele está criando um cargo de confiança, de síndico da Cidade Administrativa. Votarei a favor, pois, se a Cidade Administrativa é um prédio grande, precisará de um gerenciamento. Por isso, ele está criando um cargo, mas precisa ser de confiança? Devemos analisar, verificar a estrutura. Cada nova ação do Estado é correspondente a uma estrutura. Se essa estrutura for enxuta, necessária e gerar resultado, a existência do Estado fará sentido. Muito me orgulha o governo do Presidente Lula e muito me toca a questão das universidades e das escolas técnicas federais, que resgatam a autoestima dos jovens. Mas vamos deixar claro: o Brasil ainda tem uma dívida social muito grande. Existem problemas imensos e, por esse motivo, não voltarei a esta tribuna, em um curto prazo, para falar das realizações. Prefiro falar dos desafios.

Há hoje o crescimento do uso de drogas por nossa juventude; precisamos ampliar os centros de atendimento psicossocial; a taxa de evasão escolar no ensino médio ainda é muito alta; há a questão da segurança pública; há epidemias. Temos desafios para os próximos governos. Não consertamos um País em oito anos apenas do governo do Presidente Lula e do PT. É preciso muito mais tempo. É por isso que os projetos democrático-populares precisam e devem continuar. Tenho certeza de que, se depender do povo brasileiro, eles continuarão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado André Quintão, caríssimo Deputado Domingos Sávio, acho que o debate que se tem travado no Plenário da Casa é importante; a comparação é importante; discutir com a sociedade brasileira e com o povo mineiro as diferenças entre os projetos políticos é de fundamental importância.

Deputado André Quintão, também tenho a compreensão de que há profundas diferenças do nosso Presidente Lula em relação aos governos do Fernando Henrique Cardoso e do PSDB em Minas Gerais, diferenças que considero perfeitamente legítimo serem explicitadas. O Deputado Domingos Sávio repete um argumento que está muito presente, aliás na imprensa brasileira, nesses últimos dias: que o governo Lula é um governo que incha a máquina do Estado.

Reconheço que defendemos uma concepção diferente do PSDB. Não defendemos o Estado mínimo, mas um Estado que tem um tamanho suficiente para fazer as políticas públicas e atender a população, especialmente a mais carente. Porque é a população mais carente que

depende da presença do Estado, do poder público. E a presença do poder público é a presença do servidor público.

Ainda agora, na terça-feira, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, publicou o edital para o concurso público de 3.500 servidores para as universidades federais. São pesquisadores, professores, mestres, doutores, que garantirão o funcionamento das nossas universidades federais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e a extensão do câmpus em Teófilo Otôni, que pode ainda, nos seus quatro anos de existência, não ter, Deputado André Quintão, a infraestrutura física ideal a que queremos chegar, mas tem professores, mestres e doutores de alta qualificação técnica e científica. Teófilo Otôni hoje tem mestres e doutores que vêm de todos os lugares do Brasil para promover uma educação de qualidade e impulsionar o desenvolvimento científico do Vale do Mucuri.

Mas estou aqui pensando, Deputado Domingos Sávio, e V. Exa. pode ajudar-me a esclarecer essa dúvida. Eu, que sou um Deputado de primeiro mandato, que não tenho ainda a experiência de V. Exa. como Líder da Maioria na Casa e Líder do PSDB, estou refletindo sobre - nesses quase oito anos do governo Aécio Neves - quantos cargos efetivos, de carreira, concursados, o Governador Aécio Neves criou, com exceção da Polícia Militar.

Não me recordo de o governo Aécio Neves criar cargos efetivos, de carreira, concursados. Esse governo tem criado muitos cargos comissionados. Como bem disse o Deputado André Quintão, está criando série de cargos comissionados para o funcionamento do centro administrativo. Quando não é cargo comissionado, é função gratificada. Aliás, esses cargos não são do interesse do Estado, mas do governo, pois têm data marcada para se extinguirem, em 31/12/2010. Então essa é concepção diferente da nossa, que criamos cargos efetivos, de carreira, para fazer a máquina pública funcionar. Parece-me que o governo do PSDB em Minas Gerais cria cargos comissionados para atender a interesses do governo. Aí, sim, é inchar a máquina, é governar para atender ao próprio interesse, e não ao do Estado.

Também chamam muito a atenção as diferenças de concepção da forma de desenvolvimento econômico do Estado. Minas Gerais teve a melhor situação política dos últimos anos, com o Governador com ampla maioria, com condições macroeconômicas favoráveis. Mas nossa economia não aproveitou esse bom momento, Deputado André Quintão. A economia mineira ainda é intimamente baseada na exportação de "commodities", na exploração e na extração do minério de ferro, sem agregar valor, sem ter projeto de desenvolvimento regional, como para desenvolver o Jequitinhonha, o Mucuri e a Zona da Mata, na divisa do Rio de Janeiro. Estamos perdendo divisa até mesmo na guerra fiscal, pois Minas Gerais não possui projeto para desenvolver o Estado. Temos economia pobre, que gera pouca renda, pouco emprego para o Estado, e isso faz a diferença.

O Presidente Lula mostrou, nesses sete anos de governo, que priorizou o mercado interno, conquistou novos mercados e valorizou a máquina pública, que ajudou o Brasil a enfrentar a crise mundial que assolou o País. Por meio do poder público, da intervenção do Estado na economia, fizemos a diferença. Na época deles, vendiam o patrimônio público a preço inexplicável, sem a devida correspondência com o valor real do nosso patrimônio. Então essas diferenças têm de ser explicitadas; isso é importante, e o faremos. Como bem disse a Ministra Dilma, mostraremos nossas diferenças, o que realizamos e o que foi realizado por eles. O povo possui o direito democrático de fazer esse julgamento, que aprimorará a democracia brasileira. O povo saberá fazê-lo.

Lembrei-me agora, Deputado André Quintão, de que hoje comemoramos 20 anos que outro grande líder mundial, Nelson Mandela, foi libertado da cadeia de Joanesburgo pelo regime do "apartheid", que assolou a África do Sul durante vários anos. Como liderança do povo sul-africano, negros e brancos, Nelson Mandela promoveu profunda transformação na África do Sul, acabando com esse regime, melhorou as condições de vida do povo sul-africano e uniu a nação. Ainda há muito o que fazer na África do Sul, que sofre as mazelas, as feridas da perversão do regime do "apartheid", mas caminha e avança, pois teve grande líder e tem à frente grandes líderes do congresso sul-africano, que governa a África do Sul nesses últimos anos, demonstrando que, quando se tem rumo político correto, o país ganha.

O mesmo exemplo o Brasil viveu, porque temos aqui a figura do grande líder operário, Lula, que também, por meio do seu governo, tem ajudado a enfrentar o "apartheid" social que o Brasil viveu. Nos últimos 70 anos, o Brasil foi um dos países que mais cresceram na sua economia. Em compensação, a renda não foi distribuída com o povo, com os trabalhadores. Durante o regime militar, fazia-se o discurso de crescer o bolo para depois distribuir. Nas décadas perdidas de 80 e a década roubada de 90, o povo brasileiro foi excluído da produção nacional. Foi justamente o Fernando Henrique Cardoso que quis apagar a história do Brasil. E hoje, ao seu lado, estão aqueles mesmos que defenderam a ditadura militar, albergados, abrigados no grande partido da direita, os democratas. Vários deles tiveram sustentação do regime militar. Nós, os comunistas do PCdoB ou os militantes do PT, não fomos contra a democracia, mas vítimas dela. Então, são esses mesmos que hoje fazem o discurso do Estado mínimo. Foi Fernando Henrique que, quando assumiu, quis apagar a história brasileira, falando que a era Vargas teria de ir para o lixo da história. Mas a era Vargas foi importante para o desenvolvimento nacional, foi fundamental para promover o desenvolvimentismo, coisa de que o PSDB morre de medo. Então essas diferenças são fundamentais, têm e serão explicitadas.

No que diz respeito à polêmica do Fernando Henrique Cardoso, li vários artigos, mas citarei o de um dos grandes jornalistas mineiros, de quem sou fã, pela sua capacidade de escrever, pelo seu pensamento. Não concordo com tudo que ele diz - aliás, até mesmo no artigo que citarei há partes com as quais não concordo -, mas admiro a inteligência desse jornalista, do nosso querido Mauro Santayana.

Sobre o artigo do Fernando Henrique Cardoso, em um artigo publicado no "blog" do Paulo Henrique Amorim, ele diz o seguinte: "*Sob a alucinação da idade madura, que costuma ser mais assustadora que a dos adolescentes, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso está conseguindo o que sempre pretendeu desde que deixou o governo, há oito anos: o tumulto no processo sucessório. Ele - e não mais ninguém - impediu que as bases nacionais de seu partido fossem consultadas sobre o candidato à sucessão do Presidente Lula. Impediu que o Governador Aécio Neves disputasse as prévias do PSDB. "Se pensasse mais no País e menos em sua própria vaidade, teria, como o líder que se arroga ser, presidido a construção do consenso que costuma antecipar as convenções partidárias. Haja os desmentidos que houver, ele sonhava em criar impasse entre os dois principais postulantes, a fim de ser visto como a grande solução apaziguadora. Ele continua animado por essa miragem no sáfaro horizonte de suas ambições.*

Assim, estimulou o Governador de São Paulo ao exercício de uma tática de desgaste contra as pretensões de Minas. Decretou a precedência de José Serra e acenou com a chapa puro-sangue. Acreditava que levaria Aécio Neves a renunciar a servir a Minas, a servir ao Brasil, com novo pacto federativo para o desenvolvimento de todas as regiões do País, e a contentar-se em ser caudatário de projeto hegemônico alheio.

Na verdade, essa ilusão era instrumento de outra maior: a de que, com o afastamento do mineiro da disputa, seu próprio cacife aumentaria. Com isso, buscou inviabilizar Serra e Aécio, de tal maneira que, com o crescimento da candidatura de Dilma Rousseff - alvo de tenaz campanha desqualificadora da direita -, as elites viessem a assustar-se e batessem às portas de seu escritório político pedindo-lhe que as salvasse de uma "terrorista". Não é o seu caso, não é, Deputado Domingos Sávio? V. Exa. não iria bater à porta do Fernando Henrique para ser o salvador da pátria.

Continuando o artigo de Santayana: "Se esse não fosse o objetivo essencial do ex-Presidente, poderíamos considerá-lo um tolo - e Fernando Henrique não é tolo. Seu comportamento poderia estar dentro da advertência de Galileu, de que muita sabedoria pode transformar-se em loucura, mas, por enquanto, ele está apenas deslumbrado pela ambição. Se se prontificar a discutir com o Presidente Lula e aceitar a comparação entre os dois governos, isso só pode ocorrer na hipótese de que venha a ser ele mesmo o candidato. Do contrário, estará forçando o candidato de seu partido, seja Serra, seja Aécio, a se transformar em mero defensor de sua administração e não postulante sério à sucessão. Ambos sabem que a comparação será desastrosa em termos eleitorais. Talvez ela pudesse realizar-se nos meios acadêmicos, pelos economistas e sociólogos, companheiros de sua ex-excelência, e ainda assim é certo que Fernando Henrique perderá, se a discussão for séria.

Entre outras coisas, o ex-Presidente multiplicou as universidades pagas; Lula, ao contrário, criou novos centros universitários federais e promoveu maciça inclusão dos pobres no ensino médio e superior.

Pergunte-se ao eleitor do Crato, no Ceará, e da periferia de São Paulo se ele estava mais feliz durante os anos de Fernando Henrique. Faça-se a mesma pergunta ao pequeno empresário que consolidou o seu negócio com a expansão do consumo, os créditos facilitados e os juros mais suportáveis que paga hoje. Até mesmo os banqueiros se sentem mais satisfeitos".

O Deputado Domingos Sávio - V. Exa. me concede aparte?*

O Deputado Carlin Moura - Deputado André Quintão, há um pedido de aparte do Deputado Domingos Sávio. O meu tempo já se esgotou. Se V. Exa. for complacente comigo, vou conceder-lhe o aparte, pois não gosto nunca de negar um pedido do Deputado Domingos Sávio, porque sei que ele não quer Fernando Henrique candidato a Presidente e muito menos Aécio e Serra sendo coniventes e coadjuvantes de Fernando Henrique Cardoso nesse debate político.*

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Dentro do espírito democrático e com a mesma convicção de V. Exa. de que o nobre Deputado não irá bater às portas de Fernando Henrique para voltar ao governo, concedo-lhe mais 3 minutos, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e concedo aparte ao Domingos Sávio.*

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço, inicialmente, o aparte. Vejo que as colocações de V. Exa. e do nosso digno Presidente já estão num clima carnavalesco. Vou, no mesmo tom, mas com o devido respeito, apenas deixar uma informação que não é nem um pouquinho carnavalesca, mas é festiva. É uma informação que nos deixa absolutamente seguros de que temos um rumo, um horizonte muito bom para o nosso país e de que o nosso partido, o PSDB, e nossos aliados têm a noção exata da responsabilidade que temos para com o Brasil a fim de que o nosso país, que está engatinhando na democracia, não vire propriedade, monopólio de um grupo, não aceite esse jogo de estabelecer que há uma turminha do bem e o resto é tudo do mal. Isso não é verdade, precisamos construir alternativas democráticas, alternância no poder. Isso tudo é muito saudável, principalmente quando temos gente competente, que está mostrando isso, como o Governador José Serra, que tem uma aprovação fantástica em São Paulo, que faz um governo sério e correto. Ele enfrenta dificuldades, é claro, pois governar é enfrentar dificuldades. Temos o Governador Aécio Neves com uma história impecável.*

Temos, aí, a boa notícia. É como uma bomba, mas é ótima. Não importa se numa única chapa puro-sangue ou em que circunstância será, ouvi de todos eles, e não é daquele que fala de manhã uma coisa e à tarde outra, que estarão juntos, solidários, unidos e com muita identidade de propósito: servir ao Brasil e estabelecer perspectivas para solucionarmos os problemas que estão aí, e não ficar remoendo o passado; estabelecer perspectiva clara de melhorar o nosso país. Então, essa é a contribuição.

Agradeço ao Presidente, que me concedeu 1 minuto para fazer esta consideração. Agradeço também ao Deputado Carlin Moura o aparte. O momento realmente é de festa. Inicia-se o carnaval, a maior festa tradicional do nosso povo e do nosso país. Mas, na verdade, precisamos não permitir que ela também sirva de enredo de samba de uma nota só. Que tenhamos inspiração para encontrar alternativas melhores para nosso país. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Agradeço as palavras do Deputado Domingos Sávio. Realmente a alegria do carnaval e do samba não torna nem menos nem mais sérias as intervenções. Muito pelo contrário, o povo brasileiro sabe fazer festa e, ao mesmo tempo, sabe trabalhar e ser sério. Segundo as palavras do Mauro Santayana, grande jornalista mineiro: "De carnavalesco, não tem nada, mas sim de muita sabedoria". Saiba, Deputado Domingos Sávio, que também nos preocupamos com o futuro do Brasil. Não é à toa que o governo do Presidente Lula está preocupado com a construção do Projeto Brasil 2022, quando o País completará 200 anos de sua independência. Por isso é necessário que se preocupe com a melhoria da infraestrutura, da distribuição de renda e da distribuição energética. Este é o Brasil que queremos construir e que o povo brasileiro ajudou a construir. O Presidente Lula teve papel decisivo, e, se Deus quiser, a Ministra Dilma Rousseff haverá de dar continuidade a essa jornada. Muito obrigado, Deputado André Quintão. Feliz carnaval a todos os mineiros. Vamos nos encontrar pelo interior de Minas Gerais.*

** - Sem revisão do orador.*

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

nomeando Fernanda Luvizotto Vilela para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús Filho

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 29/1/10, que nomeou Luiz Renato Malvar Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Frederico Zerlottini Isaac do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Frederico Zerlottini Isaac para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

nomeando Eberton Fonseca Pereira Jatobá para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: aquisição de veículo de representação de uso exclusivo da Presidência. Pregoeiro vencedor: Ford Company Brasil Ltda.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2010.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria para avaliação do Edifício Tiradentes e de outra área próxima. Dotação orçamentária: 011010317294239339335021010. Vigência: 45 dias, contados a partir da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ornelas & Ornelas Consultoria e Assessoria Ltda. Objeto: contratação da empresa para que, por seu intermédio, o Prof. Paulo Roberto da Costa Kramer ministre palestra no evento a ser realizado no dia 11/2/2010, no Plenário da contratante, como parte do processo de planejamento estratégico desta. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 (3.3.90.35) 02.10.10. Vigência: 1 dia, correspondendo ao dia da realização do evento, ou seja, 11/2/2010. Licitação: dispensada nos termos do art. 24, XVI, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

errata

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/2/2010, na pág. 21, col. 2, sob o título "Encerramento", onde se lê:

"para a extraordinária de terça-feira, dia 23, às 20 horas", leia-se:

"para as extraordinárias de terça-feira, dia 23, às 9 e às 20 horas".